



SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO DE TALENTOS

24º EXAME
ESTÁGIO FORENSE
DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO

CADERNO DE QUESTÕES

ATENÇÃO

A prova terá duração de 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos, considerando, inclusive, a marcação do cartão-resposta.

1. Verifique, no seu **cartão-resposta**, seu nome, número de inscrição e o número de seu documento de identidade e, se houver qualquer irregularidade, comunique, imediatamente, ao fiscal de sala, pois **não** serão aceitas reclamações posteriores.
2. Quando autorizado o início da prova, confira atentamente o seu caderno de questões que contém 50 (cinquenta) questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 4 (quatro) alternativas (A,B,C,D) organizadas da seguinte forma:
de 01 a 20 - Direito Civil; de 21 a 40 - Direito Constitucional; de 41 a 50 - Teoria Geral do Processo.
3. O **cartão-resposta** será o **único documento válido** para correção eletrônica através de leitura ótica, e seu preenchimento e respectiva **assinatura** são de inteira responsabilidade do candidato. Não haverá substituição de **cartão-resposta** por erro do candidato, portanto, leia atentamente cada questão e assinale no **cartão-resposta** a alternativa que responde corretamente a cada uma delas.
4. Observe as seguintes recomendações relativas ao **cartão-resposta**:
 - a maneira correta de marcação das respostas é **cobrir**, fortemente, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, o espaço correspondente à letra a ser assinalada;
 - outra forma de marcação diferente da que foi determinada acima implicará a rejeição do **cartão-resposta**;
 - será atribuída nota zero às questões:
 - não assinaladas;
 - com falta de nitidez;
 - com mais de uma alternativa assinalada;
 - emendadas, rasuradas ou com marcação incorreta.
5. O fiscal não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções.
6. O candidato será automaticamente **excluído** do certame se for **surpreendido**:
 - utilizando aparelhos eletrônicos, tais como: bip, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, receptor/transmissor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, relógio digital com receptor e telefone celular;
 - utilizando-se, no decorrer da prova, de qualquer tipo de consulta a material impresso, anotações ou similares, ou em comunicação verbal, escrita, ou gestual, com outro candidato;
7. **Não será permitido**:
 - nenhum tipo de anotação durante a prova, nem mesmo de gabarito, em seu comprovante de inscrição ou qualquer outro meio;
 - a consulta a qualquer material impresso, anotações ou similares.
8. **Somente** após decorrida **1 (uma) hora do início da prova**, o candidato **poderá** entregar o **cartão-resposta devidamente assinado e retirar-se** do recinto de realização da prova .
 - 8.1 O candidato que se recusar a fazer a prova assinará o Termo de Desistência a ser lavrado pelo Coordenador e só poderá se ausentar do recinto de realização da prova após decorrida uma hora do início da prova.
9. Os três últimos candidatos deverão permanecer em sala, sendo liberados **somente** quando **todos** tiverem concluído a prova ou o tempo tenha se esgotado e tenham sido entregues todos os **cartões-resposta**, sendo obrigatório o registro dos seus nomes na ata de aplicação de prova.
10. Ao terminar a prova, entregue obrigatoriamente o **cartão-resposta**.
11. A desobediência a qualquer norma constante no Edital deste Processo Seletivo poderá implicar a exclusão do candidato do certame.
12. O gabarito da prova será publicado no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro, no segundo dia útil seguinte ao de realização da prova, estando disponível também, no site www.rio.rj.gov.br/concursos.
13. Os recursos deverão ser interpostos nos dois dias úteis subsequentes à publicação do gabarito.

Boa Prova!

DIREITO CIVIL

- 01.** A respeito do fato jurídico, assinale a opção **CORRETA**:
- A) a decadência extingue a pretensão e, por via oblíqua, o direito
- B) ato jurídico em sentido estrito é o que surge como mero pressuposto de efeito jurídico preordenado pela lei sem função e natureza de autorregulamento
- C) pode haver renúncia à prescrição antes da consumação do respectivo prazo, desde que não haja prejuízo a terceiros
- D) o negócio jurídico, ato independente da vontade humana, produz efeitos jurídicos, criando, modificando ou extinguindo direitos
- 02.** Pessoa é todo ente físico ou moral suscetível de direitos e obrigações, sendo, portanto, sujeito de direitos. Tendo o fragmento de texto acima como referência e considerando os dispositivos do Código Civil, relativos às pessoas natural e jurídica, assinale a opção **CORRETA**:
- A) a capacidade de exercício da pessoa natural corresponde à sua inaptidão para ser sujeito de direito
- B) a incapacidade relativa da pessoa natural não pode ser suprida
- C) a capacidade de exercício ou de fato da pessoa natural pressupõe a de gozo ou de direito, mas esta pode subsistir sem aquela
- D) o estado político da pessoa natural indica a sua situação em relação ao matrimônio e ao parentesco consanguíneo ou por afinidade
- 03.** A respeito do ato ilícito, assinale a opção **CORRETA**:
- A) na seara da culpa extracontratual, o ofendido não precisa constituir o devedor em mora
- B) ato ilícito é o que se pratica de acordo com a ordem jurídica, mas que viola direito subjetivo individual, apto a causar dano material ou moral a outrem
- C) todo ato lesivo é classificado como ato ilícito
- D) a ilicitude do ato praticado com abuso de direito possui sempre natureza subjetiva, somente aferível a partir da comprovação da existência de culpa ou dolo
- 04.** A fixação de domicílio é exemplo do seguinte conceito:
- A) Direito natural
- B) Negócio jurídico
- C) Fato não-jurídico
- D) Ato jurídico *stricto sensu*
- 05.** São negócios jurídicos unilaterais:
- A) a troca ou permuta e a doação
- B) a promessa de recompensa e a gestão de negócios
- C) o comodato e o mútuo
- D) a fiança e a transação
- 06.** Por meio de atributos, pode-se identificar juridicamente a pessoa como determinado sujeito a quem a lei garante posições jurídicas, positivas ou negativas. São exemplos de atributos da personalidade:
- A) a capacidade e a obrigação de prestar fatos
- B) o nome e a obrigação de dar ou restituir coisa
- C) o domicílio e a fama
- D) o estado civil e o concubinato
- 07.** É nulo o negócio jurídico quando:
- A) viciado por erro, dolo, coação, estado de perigo ou lesão
- B) tiver por objetivo fraudar lei imperativa
- C) praticado por pessoa relativamente incapaz, sem a devida assistência legal
- D) praticado para fraudar credores
- 08.** Quanto à responsabilidade por dano causado ao meio ambiente, é **CORRETO** afirmar que:
- A) o sistema de proteção jurídica possui como eixo central o binômio prevenção/restauração
- B) é fundada no risco, sendo pacífico o entendimento de que deve ser adotada a teoria do risco integral
- C) não se admite a responsabilização cumulativa por danos materiais e morais, porque o meio ambiente pertence à coletividade
- D) quando for possível a adoção de medidas de restauração natural, exclui-se a reparação pecuniária
- 09.** Em relação à analogia e à interpretação extensiva é **INCORRETO** afirmar que:
- A) ambas implicam a integração de ordem jurídica *intra jus*
- B) ambas partem de regras e/ou princípios já existentes no ordenamento jurídico
- C) a primeira cria enquanto a segunda estende o conteúdo de uma norma jurídica
- D) a segunda prefere à primeira
- 10.** Acerca do prazo prescricional, é **CORRETO** afirmar que:
- A) o prazo trienal de prescrição restringe-se às hipóteses de responsabilidade extracontratual
- B) prescreve em três anos a pretensão de reparação por perdas e danos no direito brasileiro
- C) o prazo de prescrição para as hipóteses de responsabilidade contratual é de dez anos
- D) o prazo quinquenal de prescrição, no campo da responsabilidade contratual, alude tanto à execução das obrigações quanto ao ressarcimento de danos

11. A Silva Consultoria Empresarial Ltda. propôs ação em face de Silva & Silva Advogados S.C. exigindo que a empresa ré alterasse sua denominação para retirar o nome “Silva” e ressarcisse a autora pelos prejuízos causados pelo uso do nome semelhante, já que é possuidora da expressão “Silva” com registro no INPI. Diante dos fatos narrados, assinale a decisão mais **CORRETA** a ser adotada pelo tribunal que julgará a causa:
- A) a Silva & Silva Advogados S.C. deve ser obrigada a alterar sua denominação social, porquanto gerou prejuízos à Silva Consultoria Empresarial Ltda. diante da semelhança dos nomes, afastando potenciais clientes
- B) ambas as sociedades devem promover alterações na sua denominação social, de forma a evidenciar a diferença entre elas
- C) a Silva & Silva Advogados S.C. deve ter reconhecido o seu direito de continuar utilizando o sobrenome familiar de seus membros
- D) as atividades desenvolvidas pelas empresas não se vinculam às pessoas naturais que as integram
12. Atropelado em horário escolar, um menor, aluno de uma escola estadual, ficou tetraplégico. Juntamente com outros alunos, ele se dirigiu a uma rodovia próxima para ver um caminhão de refrigerantes que havia tombado, nada comunicando à professora e passando por três portões. No acostamento, ele foi atropelado por uma van. Ante os fatos, assinale a opção **CORRETA**:
- A) o Estado deverá ser condenado a indenizar o aluno por danos materiais e morais, ante a negligência do poder público na vigilância dos estudantes
- B) não há responsabilidade civil do Estado por atos omissivos
- C) a responsabilidade do Estado é subsidiária, já que a causa determinante dos danos causados é da van que atropelou o estudante
- D) o Estado deverá ser condenado a indenizar o aluno, mas apenas pelos danos materiais, ante a culpa exclusiva da vítima
13. Acerca da responsabilidade civil, pode-se afirmar que:
- A) remanesce, ainda hoje, a predominância da responsabilidade civil subjetiva, conquanto tenha ganhado relativo espaço na evolução histórica do instituto a responsabilidade objetiva
- B) o ordenamento jurídico brasileiro, sob o prisma de uma interpretação sistemática, autoriza a restrição à indenização devida à vítima por conta da análise do grau de culpa do ofensor
- C) a responsabilidade subjetiva foi banida do ordenamento jurídico brasileiro após a edição do Código Civil de 2002, que consagrou no âmbito da legislação ordinária o princípio da dignidade da pessoa humana
- D) o Código Civil de 2002 consagrou a perda da hegemonia da culpa como fundamento único da responsabilidade civil subjetiva, passando a conviverem a cláusula geral de responsabilidade subjetiva com a responsabilidade objetiva relativa ao risco criado
14. Sobre a disposição de órgãos, tecidos e partes do corpo humano, pode-se afirmar que:
- A) é vedado o transplante de órgãos de pessoa viva, em razão dos direitos à vida e à integridade física
- B) é admitido o transplante apenas *post mortem* e, ainda assim, mediante autorização dos familiares do falecido
- C) é defeso quando importar em diminuição permanente da integridade física
- D) a personalidade civil se extingue com a morte, razão pela qual o corpo, após a morte, torna-se uma coisa
15. No que tange à classificação das obrigações, assinale a opção **CORRETA**:
- A) as obrigações de não fazer exigem que o devedor abandone seu estado de inércia e atue em benefício do credor
- B) as obrigações de fazer e de dar são consideradas obrigações positivas
- C) as obrigações de fazer, de dar e não fazer admitem mora
- D) a inexecução das obrigações de fazer resultam apenas na possibilidade de reparação de danos
16. Quanto à prescrição, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A) as causas que impedem ou suspendem a prescrição podem ser subjetivas bilaterais ou subjetivas unilaterais
- B) o ato judicial que constitui em mora o devedor é causa suspensiva da prescrição
- C) a renúncia da prescrição somente poderá se dar de forma expressa
- D) a interrupção da prescrição produzida contra o principal devedor não prejudica o fiador

17. Constitui vício social do negócio jurídico:

- A) a lesão
- B) o erro
- C) o estado de perigo
- D) a simulação

18. **NÃO** são pessoas jurídicas:

- A) as associações
- B) os entes políticos
- C) as organizações religiosas
- D) os condomínios

19. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- A) as instituições financeiras
- B) as secretarias municipais
- C) as autarquias
- D) as empresas públicas

20. Para que se possa alterar o estatuto de uma fundação privada, é mister que a reforma:

- A) seja deliberada por maioria simples dos componentes para gerir e representar a fundação
- B) seja aprovada pelo órgão do Ministério Público do Estado onde esteja situada
- C) seja submetida a homologação judicial, mediante a propositura de ação de jurisdição voluntária
- D) seja precedida de audiência pública

DIREITO CONSTITUCIONAL

21. São cláusulas pétreas, segundo a Constituição Federal:

- I – A Federação e a República;
- II – O voto universal, direto, secreto e periódico;
- III – A forma federativa de Estado;
- IV – A separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) todas estão corretas
- B) estão corretas apenas as de números I, II e III
- C) estão corretas apenas as de números II, III e IV
- D) somente as de números I, II e IV estão corretas

22. Assinale a alternativa **FALSA**. O imposto sobre serviços de qualquer natureza:

- A) não depende da denominação dada ao serviço para efeito de incidência
- B) não incide sobre o valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, o valor dos depósitos bancários, o principal, os juros e acréscimos moratórios relativos a operações de crédito realizadas por instituições financeiras
- C) tem por contribuinte o prestador, e não o tomador do serviço
- D) em face do princípio da territorialidade, não incide sobre o serviço proveniente do exterior do País ou cuja prestação se tenha iniciado no exterior

23. É característica das Agências Reguladoras no Brasil:

- A) escolha dos diretores pelo Presidente da República, sob aprovação do Senado Federal
- B) subordinação ao Ministro de Estado, mediante cabimento de recurso hierárquico impróprio
- C) dotação orçamentária desvinculada do orçamento da União, em exceção ao princípio da unidade
- D) qualificação como organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIP)

24. Assinale a alternativa **FALSA**:

- A) é programática a norma constitucional que a todos assegura o direito à saúde mediante políticas sociais e econômicas, visando à redução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação
- B) é, em geral, admitida norma interposta no bloco de constitucionalidade de ação direta de inconstitucionalidade
- C) a comunicação social e o serviço público são exemplos de garantia institucional
- D) ao estrangeiro, residente no exterior, é assegurado o direito de interpor mandado de segurança e *habeas corpus*

25. Em relação ao empréstimo compulsório, é certo afirmar que:

- A) é um tributo
- B) se conceitua como um contrato de empréstimo de direito público, com a nota de que há obrigatoriedade de restituição
- C) se subordina, em todos os casos, ao princípio da anterioridade da lei que o houver instituído
- D) é espécie de confisco como ocorreu com a retenção dos saldos de depósitos à vista, cadernetas de poupança e outros ativos financeiros

26. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) a interpretação conforme a Constituição diferencia o enunciado linguístico da norma de seus significados normativos
- B) o Município não pode ajuizar reclamação perante o Supremo Tribunal Federal para garantia do julgado do Tribunal, proferido em controle abstrato, em face de decisão administrativa estadual
- C) o Supremo Tribunal Federal, em ação direta de inconstitucionalidade em face de uma lei, pode reconhecer, incidentalmente, a inconstitucionalidade de outra norma
- D) o sistema jurídico brasileiro contempla a figura da constitucionalidade superveniente e da inconstitucionalidade por omissão total ou parcial

27. Assinale a forma de desoneração tributária pela qual não nascem nem a obrigação tributária, nem o respectivo crédito por força do não exercício da competência a que tem direito o ente tributante:

- A) isenção
- B) imunidade
- C) não incidência
- D) alíquota zero

28. **NÃO** constitui princípio próprio à interpretação constitucional o da:

- A) interpretação conforme a Constituição
- B) interpretação pela inconstitucionalidade sem redução do texto
- C) hierarquia máxima do direito constitucional
- D) máxima efetividade dos direitos fundamentados

29. Acerca do controle abstrato de constitucionalidade das leis municipais é **CORRETO** afirmar que:

- A) pode ser realizado pelo Tribunal de Justiça apenas quando o constituinte estadual haja reproduzido o dispositivo da Constituição da República
- B) não pode ser realizado pelo Tribunal de Justiça, mas tão somente pelo Supremo Tribunal Federal, visto que se constitui no guardião da Constituição da República
- C) pode ser realizado, indistintamente, pelo Tribunal de Justiça ou pelo Supremo Tribunal Federal, nesse último caso, desde que se haja atribuído, à questão posta em juízo, o caráter de repercussão geral
- D) pode ser realizado pelo Tribunal de Justiça quando o constituinte estadual haja meramente remetido ao dispositivo da Carta Federal

30. A Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro foi alterada por uma Emenda, que determinou a elevação do número de vereadores, ou seja, 42, ao máximo previsto pelo dispositivo correspondente da Constituição da República, ou seja, 55. Em relação ao dispositivo da Lei Orgânica, alterado pela referida Emenda, pode-se afirmar que:

- A) não há inconstitucionalidade alguma, visto que é da competência de cada Município fixar, por meio da respectiva Lei Orgânica, o número de vereadores que integrarão o Poder Legislativo
- B) deve ser declarada sua inconstitucionalidade total, cabendo ao Tribunal Superior Eleitoral suprir a lacuna normativa, fixando o número de vereadores
- C) encontra-se atingido por uma inconstitucionalidade parcial, devendo ser interpretado sem redução de texto e em conformidade com a Carta Federal, de forma que o número de vereadores seja fixado em quantitativo proporcional à população atual do Município
- D) deve ter sua inconstitucionalidade total declarada, fixando-se o quantitativo de vereadores no número mínimo permitido pela Constituição da República

31. No que se refere à figura do *amicus curiae*, assinale a opção **CORRETA**:

- A) trata-se, ao lado da assistência, de modalidade de intervenção de terceiro, admitida no processo de ação direta de inconstitucionalidade
- B) é aquele que presta informações à Corte Suprema sobre matéria de fato e de direito, objeto da controvérsia posta em juízo em ação direta de inconstitucionalidade
- C) somente pode ser admitido no processo de ação direta de inconstitucionalidade se o requerente for um dos legitimados para propositura da referida ação
- D) passou a ser admitido na ação direta a partir da edição da Lei nº 9.868/99, que trata do controle de constitucionalidade

32. Acerca do famoso caso *Marbury v. Madison*, julgado pela Suprema Corte dos Estados Unidos, em 1803, pode-se dizer que:
- foi o marco primeiro da jurisdição constitucional
 - foi, no entendimento expressado no julgamento por Alexander Hamilton, Presidente da Suprema Corte na ocasião, a consagração da supremacia da Constituição
 - refletia a disputa de dois fazendeiros, Marbury e Madison, sobre o direito adquirido de um deles a determinadas terras, obtidas mediante a entrega de um título pelo Presidente Adams antes do final de seu mandato
 - pela primeira vez na história, a Suprema Corte americana reconheceu os ideais relativos à teoria dos direitos humanos
33. Sobre as chamadas gerações de direitos humanos, assinale a opção **CORRETA**:
- a segunda geração corresponderia à solidariedade entre os homens de todas as raças, credos e nacionalidades
 - a terceira geração abrangeria os direitos sociais, econômicos e culturais
 - o direito ao meio ambiente equilibrado, o direito ao patrimônio histórico, o direito à paz e ao desenvolvimento compõem a quarta, e mais recente, geração dos direitos humanos
 - a primeira geração seriam os chamados direitos da liberdade, que abarcaria os direitos individuais e os direitos políticos
34. A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) editou resolução por meio da qual impõe restrições à publicidade de bebidas com teor alcoólico inferior a 13 graus. Sobre a expedição do citado ato normativo, pode-se afirmar o seguinte:
- cuida-se de medida adequada e conforme às normas constitucionais, na medida em que visa à retração do consumo, como forma de proteção e defesa do consumidor, regra fundamental consagrada na Carta Federal
 - não viola nenhum dispositivo constitucional, mas atenta contra o princípio da razoabilidade, na medida em que produz enorme prejuízo à indústria, devendo ser repelida pelo Poder Judiciário
 - trata-se de ato que viola o princípio da legalidade, visto que a Constituição da República estabelece que somente a lei pode impor restrições ao livre exercício de qualquer atividade econômica
 - é medida que, sem dúvida, desestimula o consumo e aumenta o grau de informação dos consumidores
35. A Constituição da República qualifica a prática do racismo como crime inafiançável e imprescritível. Tendo em vista essa norma constitucional, assinale a opção **CORRETA**:
- o conceito de racismo deve ser amplo, alcançando qualquer discriminação, baseada não apenas em características físicas, mas também em origem étnica e traços culturais
 - a noção de racismo deve atender a um critério objetivo e científico que permita a definição de raça
 - a busca por critérios científicos da noção de raça deve ser conjugada com uma avaliação social de determinado grupo como unidade antropológica
 - o caso *Plessy*, julgado pela Suprema Corte americana, em 1896, se tornou um dos precedentes mais importantes para determinação da dessegregação racial nas escolas
36. A soberania popular será exercida pelo voto direto, secreto, igualitário e, nos termos da lei, através de:
- plebiscito e iniciativa popular
 - plebiscito, referendo, iniciativa popular e comícios político-partidários
 - plebiscito e referendo
 - plebiscito, referendo e iniciativa popular
37. O exercício do poder não pelo seu titular, mas por órgãos de soberania que atuam no interesse do povo constitui o sentido essencial do:
- princípio do sufrágio
 - princípio do pluralismo político
 - princípio da soberania popular
 - princípio da representação
38. Quanto à aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais, o art. 5º, XV, da Constituição da República, ao prever ser “livre a locomoção no território nacional em tempo de paz”, com a possibilidade de “qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer, ou dele sair com os seus bens”, pode ser considerado norma de eficácia:
- plena, não comportando nenhuma espécie de restrição
 - limitada, pois sua aplicação depende de regulamentação através de lei
 - contida, sendo de aplicação imediata, porém com possibilidade de restrição
 - limitada, por não ser auto-aplicável

39. Havendo afronta aos direitos da pessoa humana pelo Governador, o respectivo Estado poderá sofrer intervenção federal, mediante:
- A) ação direta de inconstitucionalidade interventiva, proposta pelo Procurador-Geral do Estado
 - B) ação direta de inconstitucionalidade interventiva, proposta pelo Procurador-Geral da República
 - C) requisição do Tribunal de Justiça
 - D) solicitação da Assembleia Legislativa
40. Sobre o procedimento da ADIn, assinale a alternativa **CORRETA**:
- A) ao Senado Federal compete suspender a execução da lei declarada inconstitucional pelo STF
 - B) ao Presidente da República compete suspender a execução da lei declarada inconstitucional pelo STF
 - C) ao Presidente da Câmara dos Deputados compete suspender a execução da lei declarada inconstitucional pelo STF
 - D) ao Senado Federal compete suspender a execução da lei declarada inconstitucional pelo STF

TEORIA GERAL DO PROCESSO

41. Assinale a opção **CORRETA** acerca dos atos processuais:
- A) nas ações de estado, a citação pelo correio é inadmissível
 - B) a superveniência de férias interrompe o curso do prazo
 - C) o prazo para a contestação realizada pela defensoria pública é de 45 dias
 - D) o benefício do prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer é extensivo às sociedades de economia mista
42. De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), extingue-se o processo sem resolução de mérito quando:
- A) o juiz reconhece a prescrição ou a decadência
 - B) o juiz acolhe a alegação de preempção
 - C) as partes transigem
 - D) o autor renuncia ao direito sobre o qual se funda a ação

43. Assinale a opção **CORRETA** acerca da jurisdição, da ação e do Processo:
- A) uma das características da jurisdição é a aptidão para a coisa julgada; por conseguinte, somente haverá jurisdição se houver coisa julgada material
 - B) a capacidade de estar em juízo, o interesse de agir e a possibilidade jurídica do pedido são considerados elementos da ação
 - C) o princípio do juiz natural tem por finalidade garantir a prestação da tutela jurisdicional por juiz independente e imparcial
 - D) a convenção de arbitragem não é pressuposto processual negativo
44. Em relação às afirmações abaixo, pode-se dizer que:
- I. Reconhecimento jurídico do pedido e a confissão vinculam o juiz.
 - II. Renúncia ao direito e desistência vinculam o juiz.
 - III. Renúncia ao direito e reconhecimento jurídico levam a uma sentença de resolução do mérito.
 - IV. Confissão e desistência levam a que seja extinto o processo sem julgamento de mérito.
- A) apenas a I é correta
 - B) apenas a II é correta
 - C) todas estão corretas
 - D) apenas a III é correta
45. O momento processual adequado para ser examinada, pelo julgador, questão envolvendo ilegitimidade das partes será:
- I. quando do despacho da petição inicial;
 - II. no despacho saneador;
 - III. no despacho saneador ou na sentença;
 - IV. quando do julgamento do recurso.
- Quanto às afirmativas acima:
- A) apenas II, III e IV são corretas
 - B) I, II, III e IV são corretas
 - C) apenas a I é correta
 - D) apenas a IV é correta

46. Analise os itens sobre o pedido:

- I. Considerando que a relação processual somente se completa com a citação válida do réu, nada impede que o autor adite ou altere o pedido até que ela ocorra.
- II. Tratando-se de obrigações periódicas, a lei processual considera incluídas no pedido as prestações vincendas, mesmo que não haja pedido expreso na petição inicial.
- III. Admite-se a cumulação de pedidos, desde que sejam compatíveis entre si; tenha o juiz competência para apreciar todos eles e seja adequado a todos eles o mesmo tipo de procedimento.
- IV. Mesmo que o autor não tenha formulado pedido de pena pecuniária para o caso de descumprimento da ordem judicial da prática de algum ato, tolerância de uma atividade ou prestação de ato ou entrega de coisa, o juiz poderá determinar a respectiva pena na sentença ou decisão de tutela antecipada que proferir.

Estão **CORRETOS** os itens:

- A) III e IV, apenas
- B) I e II, apenas
- C) II e III, apenas
- D) I, II, III e IV

47. A respeito do duplo grau obrigatório de jurisdição, é **INCORRETO** afirmar que:

- A) deve prevalecer em qualquer ação de conhecimento movida em face da Fazenda Pública
- B) seu não exercício impede o trânsito em julgado da decisão
- C) só ocorre dentro das instâncias ordinárias de jurisdição
- D) é cabível somente em certas execuções contra a Fazenda Pública cujos embargos tenham sido providos

48. A decisão que recebe apelação somente no efeito devolutivo, manejada contra sentença que condene a Fazenda Pública, em ação de rito ordinário cuja tutela tenha sido antecipada *initio litis*:

- A) desautoriza a revogação da tutela pela instância *ad quem*, salvo a final
- B) é passível de agravo retido, com pedido de efeito suspensivo
- C) só produz efeitos se observado o reexame necessário
- D) autoriza a execução provisória da sentença

49. O pedido deve ser certo e determinado, salvo nas ações:

- A) universais, se não puder o autor indicar na petição os bens individuados
- B) que envolvam a entrega de medicamentos para tratamento de saúde
- C) cujo valor da condenação não possa ser estimado pelo autor
- D) cujo cumprimento possa ocorrer por mais de um modo, a ser escolhido pelo devedor

50. O Advogado, conceito no qual se insere o Advogado Público e o Procurador do Município, é alçado na Constituição da República, artigo 133, à condição de indispensável à administração da Justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão, nos limites da lei. Sobre a atuação do Advogado no processo, é **CORRETO** dizer-se que:

- A) à Defensoria Pública é defeso promover ou praticar atos extrajudiciais
- B) a Procuradoria Geral do Município defende as causas judiciais de interesse municipal, a ela competindo, sempre, sustentar em juízo a validade dos atos de governo
- C) é indispensável a representação da parte no processo através de Advogado, salvo na primeira fase do procedimento dos Juizados Especiais e em reclamações trabalhistas tratadas no artigo 791 da Consolidação das Leis do Trabalho
- D) a postulação em juízo em causa própria é excepcional e somente permitida em casos previamente definidos em lei